



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Gabinete do Secretário

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SESEG Nº 1168 DE 02 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ATRIBUIÇÕES DO CENTRO DE COMUNICAÇÕES E OPERAÇÕES POLICIAIS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto Estadual nº 45.222, de 16 de abril de 2015, e o contido no processo administrativo nº E-09/194/033/2017,

RESOLVE:

Art. 1º- O Centro de Comunicações e Operações Policiais – CECOPOL, órgão técnico-operacional vinculado à Subchefia Operacional da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, contará com a seguinte estrutura:

- I - Serviço de Apoio Administrativo;
- II - Serviço de Manutenção e Suprimento;
- III - Serviço de Operação e Telecomunicações.

Parágrafo único - O CECOPOL contará também com uma projeção no Centro Integrado de Comando e Controle - CICC, cuja atuação se dará em prol da comunicação e integração da Polícia Civil com as demais Instituições de Segurança e Defesa Social.

Art. 2º- O CECOPOL, órgão central das comunicações e informações internas da Polícia Civil, é responsável pela coordenação, planejamento, supervisão, fiscalização, informação e controle de operação de todo o sistema de comunicações internas, para o pronto desencadeamento de ações e operações policiais, sigilosas ou ostensivas, isoladas ou conjuntas.

Parágrafo único - Ao CECOPOL ficam subordinadas, operacionalmente, todas as atividades de radiofonia, telefonia e quaisquer outros meios de comunicação que vierem a ser instalados ou ativados na PCERJ.



Art. 3º- As unidades da PCERJ, executoras de quaisquer ações ou operações policiais, planejadas ou inopinadas, manterão o CECOPOL permanentemente informado.

Art. 4º- O CECOPOL será dirigido por um Coordenador, símbolo DAS-8, ocupante de cargo efetivo de Delegado de Polícia do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único - Na impossibilidade eventual de atuação, a função será desempenhada pelo Delegado de Polícia substituto, se à época existir, ou pelo Chefe de Serviço de Operação e Telecomunicações.

Art. 5º- Compete ao Coordenador do Centro de Comunicações e Operações Policiais:

I- a coordenação central dos equipamentos e do sistema de comunicações, para a execução das ações e operações policiais;

II- o acionamento dos recursos necessários para a execução das ações e operações policiais, inclusive, em casos de emergência, os especiais;

III- o planejamento, a supervisão e o controle das ações e operações policiais e o emprego das viaturas da Polícia Civil, por meio do sistema de comunicações;

IV- a coordenação das ações de integração com as demais Forças Públicas de Segurança e Defesa Social integrantes do Centro Integrado de Comando e Controle – CICC;

V- o contato permanente com o Chefe de Polícia, deixando-o informado das atividades e medidas que possam influir no bom desempenho dos trabalhos policiais, seguindo as diretrizes superiores recomendadas e, em particular, em relação aos eventos de maior repercussão;

VI- a análise e a proposição de medidas, visando ao aprimoramento das atividades policiais;

VII- a manutenção de contato com os diversos órgãos afins, objetivando a troca de informações, modernização e atualização de equipamentos e instrumentação, hábil à correção, manutenção e segurança das comunicações.

Art. 6º- Compete ao Serviço de Apoio Administrativo, especialmente a sua chefia:

I- o controle do expediente diário do órgão, incluindo a entrada e saída de documentos, responsabilizando-se pelo trânsito do malote;

II- a expedição de ofícios, comunicações internas, relatórios e toda e qualquer documentação do órgão;

III- a prestação de informações quanto à localização, interna ou externa, de qualquer documentação pertinente ao órgão;

IV- a elaboração de resposta às solicitações e requisições originadas das Unidades Policiais ou de qualquer outro órgão público, checando diuturnamente o correio eletrônico do órgão;

V- a recepção das autoridades e partes que se dirijam à coordenação do órgão;

VI- a elaboração de documentação pertinente para fazer chegar às Instituições, órgãos e entidades detentoras as requisições de imagens, vídeos e outros tipos de mídias, zelando para a pronta e esmerada resposta, em devolução;

VII- o zelo pelo asseio do setor.

Art. 7º- Compete ao Serviço de Manutenção e Suprimento, especialmente a sua chefia:

I- a supervisão e execução das tarefas pertinentes à manutenção e suprimento;

II- o controle do material permanente e de consumo, exercendo fiscalização direta do uso, com anotações dos pedidos e dos estoques;

III- a fiscalização permanente do estado de conservação das dependências do órgão, incluindo o serviço de limpeza;

IV- a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, zelando para que não ocorra solução de continuidade na execução das tarefas do órgão;

V- o controle e execução da organização do arquivo.

Art. 8º- Compete ao Serviço de Operação e Telecomunicações, especialmente a sua chefia:

I- a direção, supervisão e orientação dos trabalhos da Sala de Operações;

II- a análise diária do livro de ocorrência da Sala de Operações, levando ao conhecimento do Coordenador qualquer anormalidade constatada, bem como as providências adotadas;

III- o controle na elaboração dos mapas, estatísticas e planilhas de viaturas;

IV- o oferecimento de sugestões visando à melhoria dos serviços;

V- a substituição do Coordenador em seus impedimentos eventuais, caso não haja Delegado de Polícia substituto.

Art. 9º- A Sala de Operações do Centro de Operações e Comunicações Policiais na Cidade da Polícia Civil – CECOPOL/CIDPOL - será operada por 06 (seis) turmas, chefiadas pelo policial mais antigo ou por outro a critério do Coordenador.

Parágrafo único - Compete aos integrantes da Sala de Operações, especialmente à chefia de cada turma:



- I- o controle permanente durante todo o plantão de sua equipe;
- II- a operação diligente e educada nos sistemas de radiocomunicação e de telecomunicação;
- III- o registro de todas as ações e operações policiais que utilizem o serviço do órgão;
- IV- a consignação das ocorrências durante o plantão de sua equipe, registrando as comunicações administrativas de estilo, irregularidades constatadas, providências adotadas e outras medidas que se fizerem necessárias;
- V- o zelo pelos terminais de computação, radiocomunicação e telefonia, mantendo e fazendo manter em bom estado todos os equipamentos, promovendo, inclusive, a racionalização do uso, evitando congestionamento;
- VI- a inserção no cadastro estadual de veículos do alerta de restrição veicular, bem como a sua difusão, imediatamente após o fato ter sido comunicado por uma Delegacia Policial, possibilitando assim que todas as forças policiais tenham conhecimento imediato da ocorrência do fato criminoso;
- VII- a comunicação permanente com os integrantes do CECOPOL no CICC, otimizando o fluxo de comunicações, especialmente quando houver demandas que importem na participação de outras Instituições de Segurança e Defesa Social;
- VIII- o acionamento dos recursos necessários para a execução das ações e operações policiais, inclusive, em casos de emergência, os especiais, comunicando de imediato a medida tomada ao chefe do Serviço de Operação e Telecomunicações e ao Coordenador;
- IX- a permanente comunicação com as salas de polícia dos hospitais públicos, para auxiliar em ocorrências e suspeitas que se apresentarem nos referidos nosocômios, utilizando-se, inclusive, dos sistemas eletrônicos de consultas;
- X- o acionamento do Serviço de Assistência Social – SERAS/DGRH, no fluxo de comunicações que digam respeito à assistência e ao apoio institucional aos policiais civis;
- XI- a difusão de mensagens de cunho informativo em nome da Chefia da Polícia Civil ou de outro departamento da Instituição que realizar solicitação;
- XII- o oferecimento de sugestões visando à melhoria dos serviços.

Art. 10- Compete ao CECOPOL no Centro Integrado de Comando e Controle - CICC:

- I- a interface, comunicação e integração com as Instituições de Segurança e Defesa Social que compõem o referido Centro;
- II- a interface, comunicação e integração com as Agências de interesse público que se utilizam do espaço físico do referido Centro;

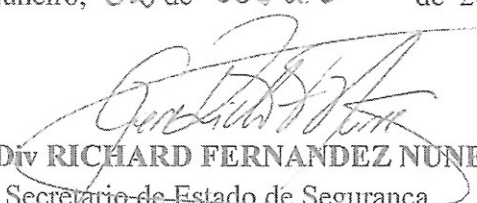
III- o acionamento das Unidades Policiais e dos órgãos técnicos periciais, especialmente se a ocorrência cujo conhecimento chegar primeiro ao referido Centro envolver a mobilidade urbana ou alguma repercussão, podendo, inclusive, reservar procedimento no sistema de controle operacional da Instituição;


IV- a constante vigilância para o que ocorre de relevante no espaço territorial abrangido pelo referido Centro, tomando as providências devidas e imediatas, fazendo chegar ao Coordenador qualquer situação que importe ao seu conhecimento e ao da Chefia da Polícia Civil;

V- a representação do Coordenador em seus eventuais impedimentos, especialmente em reuniões de trabalho com as Instituições integrantes ou com administração do referido Centro.

Art. 11- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, restando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução SEPC nº 681, de 29 de novembro de 1994.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2018.


Gen Div RICHARD FERNANDEZ NUNES
Secretário de Estado de Segurança
ID 5092593-8

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
CHEFIA DE SECRETES
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL Nº 62, de 05/04/18

SERVIDOR